



PARECER Nº 166/2019- MPC/RR

Processo nº 002346/2018

Assunto: Registro de Ato de Concessão de Pensão por Morte

Órgão: Regime de Previdência dos Servidores Públicos de Boa Vista – PRESSEM

Responsável: Paulo Roberto Bragato – Presidente do PRESSEM

Conselheiro Relator: Francisco José Brito Bezerra

Interessado: João Paulo de Araújo Rodrigues

EMENTA – ATO DE CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE. ASPECTOS FORMAIS E LEGAIS ATENDIDOS .PELO REGISTRO.

Tratam os presentes autos, de apreciação e exame de legalidade, para fins de registro, do ato de concessão do benefício de pensão por morte, na **Modalidade Temporária**, em favor do menor **João Paulo de Araújo Rodrigues**, filho do ex-servidor **Jurandir Roque Rodrigues**, Guarda Municipal, Categoria E, Referência 11, Matrícula nº 14649, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Boa Vista e falecido em 31/03/2017.

A relatoria do presente feito coube ao Conselheiro Francisco José Brito Bezerra.

Após instrução, os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas para a necessária e conclusiva manifestação.

É o breve o relato.

O inciso III do art. 71 da Constituição Federal reza que compete ao Tribunal de Contas da União apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem



o fundamento legal do ato concessório. Em razão do disposto no art. 75 do referido estatuto, a competência para apreciação dos atos de concessão de pensão por morte no âmbito estadual recai sobre as respectivas Corte de Contas Estaduais. No âmbito dessa Casa, a regulamentação do comando constitucional encontra-se contida no art. 42, inciso II, da lei complementar 006/94, art. 278 e seguintes do RITCE/RR, IN-TCE/RR 002/97 e IN-TCE/RR 002/15.

A equipe técnica, após desenvolver suas atividades, concluiu pelo registro (ep. 0222655). A Controladoria Geral de Contas Públicas – COGEC - em seu Parecer Conclusivo (ep. 0230269), manteve o mesmo posicionamento.

Analisando os autos, não há dúvida quanto à presença dos requisitos formais e legais necessários para a concessão do benefício previdenciário *sub examine*, merecendo o seu registro ser aceito nos anais da Administração. Destarte, este órgão ministerial, em consonância com o posicionamento da equipe técnica do TCERR, conclui pela legalidade do ato da concessão de pensão por morte e opina pelo seu registro.

Ante o exposto, este *órgão ministerial* opina pelo registro do ato de concessão de pensão por morte, na **Modalidade Temporária**, em favor do menor **João Paulo de Araújo Rodrigues**, filho do ex-servidor **Jurandir Roque Rodrigues**, Guarda Municipal, Categoria E, Referência 11, Matrícula nº 14649, com base nos arts.40, 71, III e 75 da Constituição Federal; art. 42, inciso II, da lei complementar 006/94; art. 278 e seguintes do RITCE/RR, IN-TCE/RR 002/97 e IN-TCE/RR 002/15.

É o parecer.

Boa Vista, 17 de maio de 2019.

Bismarck Dias de Azevedo

Procurador de Contas